

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 765.528 - RS (2015/0208199-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : DESIRRE BITENCOURT PACHECO  
**AGRAVANTE** : FABIANO MANOEL TEIXEIRA  
**AGRAVANTE** : D & F - AGENTES AUTONOMOS DE INVESTIMENTOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCUS VINICIUS BOSCHI - RS051026  
JOSÉ ANTÔNIO PAGANELLA BOSCHI - RS054617  
RAQUEL SOUZA DA LUZ BOSCHI E OUTRO(S) - RS062699  
**AGRAVANTE** : PROSPER S/A CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO  
**ADVOGADO** : MÁRIO SATURNINO KRUSE E OUTRO(S) - RS010515  
**AGRAVADO** : SERGIO DAMIANI  
**ADVOGADOS** : EDUARDO KOCHENBORGER SCARPARO E OUTRO(S) - RS065285  
GUILHERME BIER BARCELOS - RS079277  
**INTERES.** : FABIO AUGUSTO WILLERS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, interposto por PROSPER S/A CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. CORRETAGEM. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. AGRAVO RETIDO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DESCABIMENTO. MERCADO DE VALORES. HAVENDO EVIDÊNCIAS A DEMONSTRAR A ATUAÇÃO IRREGULAR DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DEMANDADOS, SENDO FATO NOTÓRIO O EXERCÍCIO ILEGAL DE ATIVIDADE NO MERCADO DE CAPITAIS PELOS MESMOS, IMPÕE-SE A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO RETIDO E DERAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. UNÂNIME (e-STJ, fl. 1.529)*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (e-STJ, fls. 1.565/1.570).

Nas razões do recurso especial, o agravante alega dissídio jurisprudencial, sustenta, em síntese, que *"no caso em questão, os atos praticados pela Recorrente sempre foram lícitos, inerentes à sua atividade, sendo que a continuidade das operações realizadas pelo Recorrido ao longo do tempo não deixa dúvidas de que tinha plena*

*ciência dos riscos incorridos no mercado de ações"* (e-STJ, fl. 1.612).

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.635/1.650, e -STJ.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado Administrativo 2 do STJ:

*"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".*

No ponto, o Tribunal estadual, após detida análise dos autos, asseverou que no caso deve ser reconhecido o dever do indenizar, pois constatada a atividade irregular exercida pelos recorrentes. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

*"Com efeito, o autor outorgou mandato aos réus enquanto agentes autônomos para que em seu nome atuassem junto à também requerida PROSPER CORRETORA. Assim, não poderiam dispor dos recursos de clientes e nem administrá-los, apenas poderiam ter atuado com ordens diretas dadas pelo cliente, o que não ocorreu 'in casu', já que não restou provado nos autos que cada aplicação feita pelos demandados era antecedida de uma autorização expressa do autor. (...)*

*Portanto, constatada a atividade irregular exercida pelos demandados, deve ser reconhecido o dever de indenizar, impondo-se a reforma da sentença de origem. (...)*

*De se ressaltar, ainda, que o Parecer Técnico Pericial de fls. 990/999, de lavra de Marco Antônio dos Santos Martins, então presidente da APIMECSUL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Sul -, conclui o seguinte:*

*"Pelo conteúdo da gravação o cliente não informado que esta realizando uma operação de alavancagem que consistia em uma compra a termo, a qual no vencimento exigiria a ordem de venda automática. Também não foi informado, pelo conteúdo da gravação, que o cliente teria ganhos caso o mercado à vista viesse a subir e que, caso contrário, o mercado à vista viesse a cair o cliente sofreria prejuízo.*

*Em outras palavras ao que demonstra no autos e na gravação apresentada, o Sr. Fabiano não informou*

*adequadamente o nível de risco da operação ao Dr. Sérgio Damiani." (fl. 998).*

*O investidor, autor da presente demanda, ora apelante, é médico, e não há notícia alguma nos autos de fosse expert em aplicações no mercado financeiro, especialmente em carteira de ações. A par desse aspecto de ordem técnica, ainda temos o fato incontroverso de que algumas aplicações foram realizadas sem a sua prévia anuência, no momento em está atuando profissionalmente no bloco cirúrgico, absolutamente incomunicável. Seja, confiou plenamente na competência e honestidade do agente autônomo eleito, que acabou traindo a confiança nele depositada.*

*Mais de duzentas operações foram realizadas num período curto, em termos de investimento no mercado de ações, sendo que só estão demonstradas as autorizações prévias de menos de um décimo do total realizado. A prática de churning emerge cristalina, além da falta de autorização prévia e da ausência de habilitação do agente autônomo para a tarefa, num evidente exercício exorbitante de suas funções. (...)*

*Quanto à solidariedade dos réus com a empresa Prosper S/A, entendo que não há como afastar a responsabilidade desta pelos atos praticados pelos agentes, pois estes se valiam de sua estrutura operacional para amealhar clientes e formalizar seguros, bem como porque constava a empresa Prosper S/A como sendo a efetiva intermediadora no contrato celebrado em nome do autor.*

*Destarte, entendo que a seguradora tem o dever de ressarcir o seu segurado, mesmo que afirme ter sido a fraude cometida pelos agentes autônomos.*

*Outrossim, é de se ressaltar a inexistência nos autos de qualquer autorização pela CVM para que os demandados atuassem como responsáveis pela administração profissional de carteira de valores mobiliário." (e-STJ, 1.535/1.545)*

Como visto, o Tribunal local, reconheceu o dever de indenizar, ante a atividade irregular exercida pelos recorridos. Assim, concluir de forma diametralmente oposta, como pretende o recorrente em suas razões recursais, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

Registre-se que a incidência da Súmula 7/STJ prejudica o exame do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido: REsp 1.086.048/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 13/09/2011; EDcl no Ag 984.901/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 16/03/2010, DJe de 05/04/2010; AgRg no

REsp 1.030.586/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 30/05/2008, DJe de 23/06/2008.

Outrossim, o recurso não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo constitucional em razão do descumprimento do disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ. Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados dispositivos. Confirmam-se os seguintes julgados:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. CUSTEIO DO TRATAMENTO DO SEGURADO. RECUSA. NATUREZA ABUSIVA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*1. Para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ.*

*(...)*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1118727/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 06/10/2017 - grifou-se)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ERRO DE CÁLCULO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.*

*(...)*

*3. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 978.980/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe

15/08/2017 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator

